

FORMAÇÃO DE PROFESSORES INICIAL E CONTINUADA: DISSERTAÇÕES E TESES PRODUZIDAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Jessika Nogueira da Silva¹
Célia Beatriz Piatti²

RESUMO

Apresenta-se resultado de um estado do conhecimento oriundo da pesquisa Formação de professores e gestores de escolas do campo em territórios camponeses e quilombola em regiões de Mato Grosso do Sul. Demarca-se o período de 2013 a 2023, elegendo-se as dissertações e as teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação das universidades federais da região Centro-Oeste. Os descritores selecionados foram: educação no/do campo/formação de professores; Escola do/no campo/políticas públicas para a formação de professores; e Escola do/no campo/formação de professores inicial e continuada. A análise tem como aporte teórico a Teoria Histórico-Cultural (THC) que nos possibilita compreender o desenvolvimento do homem, nas perspectivas histórica, social e psicológica fundamentados no materialismo histórico-dialético na perspectiva de analisar o movimento constante da realidade, pois tudo que existe está em movimento e constitui-se a partir de um contexto histórico e material. Conclui-se que as produções revelam os princípios e as concepções que fundamentam a formação de professores, demarcando tempo e espaço com possibilidade de interpretação da Educação do Campo no sentido de afirmar a importância de compreender a formação de professores nesse contexto, pois tal compreensão implica buscar apreender os tensionamentos e as contradições que estão presentes na realidade do campo e, portanto, envolve a escola que está no campo e a atuação dos professores nessas escolas, fato que promove uma consciência de sua ação em sua função, como consciência de sua condição de sujeito político e histórico.

Palavras-chave: Educação do Campo, formação de professores, Estado do Conhecimento.

INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre o resultado de um estado do conhecimento realizado a partir da pesquisa “Formação de professores e gestores de escolas do campo em territórios camponeses e quilombola em regiões de Mato Grosso do Sul”, cujo objetivo é apresentar subsídios teóricos que possam contribuir para a proposição de formação

¹ Acadêmica do curso de Doutorado em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação de Professores (GEPFORP). Tese que se insere na pesquisa: Formação de professores e gestores de escolas do campo em territórios camponeses e quilombola em regiões de Mato Grosso do Sul financiada pelo CNPq- chamada nº 40/2022 - Linha 1A - Projetos Individuais - Pesquisa em temas livres em Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, professora da UFMS, lotada na FAED (Faculdade de Educação) atuando como docente no curso de Licenciatura em Educação do Campo-LeduCampo e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

continuada que auxiliem no enfrentamento das dificuldades teórico-práticas encontradas na atuação dos professores em escolas do campo, frente a seguinte problematização: Como contribuir para que os professores reconheçam as especificidades das escolas do campo tendo em vista a organização do trabalho pedagógico? Os descritores selecionados foram: educação no/do campo/formação de professores; Escola do/no campo/políticas públicas para a formação de professores. Para este artigo elegemos os descritores: Escola do/no campo/formação de professores inicial e continuada.

O estado do conhecimento pode ser concebido como “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área em determinado espaço de tempo” (Morosini *et al*, 2021, p. 21-22). Em virtude do crescimento exponencial da pós-graduação no Brasil nas últimas décadas, houve um aumento da produção acadêmica. Frente a isso, compreende-se a necessidade de mapear as pesquisas já realizadas em determinados tempos e contextos no sentido de reconhecer o que a formação docente no âmbito da educação do campo apresenta ao campo de estudos aqui em pauta.

Posto isso, organizou-se esse estudo em seções que se iniciam na introdução, seguida dos itens Educação do Campo: apontamentos necessários; metodologia; finalizando com as considerações finais.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: APONTAMENTOS NECESSÁRIOS

O paradigma da Educação Rural surgiu no âmbito das políticas governamentais, a partir da década de 1930, apresentado como dicotômico ao considerar o urbano/rural/científico/popular/moderno/atrasado, com o objetivo de “civilizar” o homem do campo com a finalidade de subordinar essa população à agricultura e à industrialização, atividades destinadas ao desenvolvimento de um país, cuja prioridade seria industrializar-se e urbanizar-se.

De acordo com Ribeiro (2012) para definir educação rural é preciso começar pela identificação do sujeito a que ela se destina. De modo geral, “[...] o destinatário da educação rural é a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento”.

Afirma a autora que a educação rural foi destinada a oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita e operações matemáticas simples, organizada de forma multisseriada não cumpriu a sua função, o que explica as altas taxas de analfabetismo e os baixos índices de escolarização nas áreas rurais. A mesma autora destaca que “A

escola procurou formar grupos sociais semelhantes aos que vivem nas cidades, distanciados de valores culturais próprios” (Ribeiro, 2012, p 295).

Importante ressaltar que os valores culturais próprios incidem em estabelecer relações entre educação e trabalho. A escola ao cumprir o seu papel fundamental de possibilitar que as crianças e jovens possam se apropriar do conhecimento científico e, portanto, possam se apropriar da compreensão da articulação entre educação e trabalho como pontos importantes em seu processo formativo.

Não é da escola a tarefa primordial de formar as crianças camponesas, tanto porque estas quase sempre ingressam mais tarde no processo de escolarização – e permanecem pouco tempo nele envolvidas – quanto pelas deficiências peculiares à instituição escolar. A permanência das crianças na escola depende do que esta pode oferecer em relação às atividades práticas relativas ao trabalho material como base da aprendizagem, ou seja, da produção de conhecimentos (Ribeiro, 2012, p. 295).

Outra característica identificada na educação rural apontada por Ribeiro (2012) é a sua desvinculação da comunidade dos trabalhadores rurais que enviam seus filhos à escola. Compreendida no interior das relações sociais de produção capitalista, a escola, tanto urbana quanto rural, tem suas finalidades, programas, conteúdos e métodos definidos pelo setor industrial, pelas demandas da família, de onde se retira a expressão agricultura familiar.

É fato que nas décadas de 1960 e 1970 o sistema capitalista incorporou a reforma agrária, porém em uma perspectiva de interesses de classe, com vista a modernização do campo, com a inserção de novas máquinas, novos métodos de administração e de insumos agrícolas. Tal fato incidiu em formas de escolarização voltadas à perspectiva de desenvolvimento econômico aliadas à perspectiva da reforma agrária.

Para Ribeiro (2012) esta modalidade de educação transcende a escola destinada às populações que vivem em áreas rurais e garantem o seu sustento por meio do trabalho com e da terra, e, por isso, está articulada, de maneira indissociável, com este trabalho. Mas o vínculo com a terra, o meio de produção que não resulta do trabalho e que é essencial à produção de alimentos – e, portanto, essencial à vida –, coloca a educação rural no cerne da luta de classes, mais precisamente, da formação do trabalhador para o capital e deste trabalhador para si, na condição de classe (Ribeiro, 1987).

Essa concepção de educação voltada para educar a população e civilizá-la nos modelos urbanos segundo Silva (2017, p. 16) apoiada em Calazans (1993) é uma concepção redentora da miséria e da pobreza que implantou no campo “um modelo de escola vinculado ao projeto - de modernização conservadora”, patrocinando os organismos de “cooperação” norte-americana e difundido através do sistema de assistência técnica e extensão rural”.

Ribeiro (2012) nos provoca a compreender que a história brasileira tem como uma das principais características a consolidação de um projeto hegemônico da sociedade capitalista, marcado por um acometimento da classe dominante em relação aos sujeitos do campo, em uma ofensiva estruturação de forças produtivas na organização do trabalho pelo capital financeiro, principalmente o internacional, que por intermédio de empresas transnacionais controlam o mercado agrícola e assim, os recursos naturais.

Portanto, entende-se que o termo educação rural e as características dessa educação estão atreladas aos ideais e objetivos pensados pela classe dominante. Diante de tais características, a expressão “Educação do Campo” tem origem na ruptura da expressão educação rural, em 1998, por ocasião da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Esse momento foi caracterizado como de intenso debate, revelando a possibilidade de implementar um projeto de desenvolvimento para o país que incluísse a população que vive no campo afirmando que “[...] a educação, além de um direito faça parte dessa estratégia de inclusão” (Caldart, 2009, p. 22).

O termo Educação do Campo resulta de lutas empreendidas de vários movimentos sociais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que aponta como entendimento que “o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos” (Caldart, 2004, p. 18).

Importante ressaltar que os termos Educação Rural e Educação do Campo não são sinônimos, ao contrário tem perspectivas opostas, em relação ao trabalho e a educação, pois educação do campo traz a perspectiva da emancipação de seus sujeitos e a educação rural ao contrário, promove uma educação precária, excludente e dominada pela classe dominante.

Nesse sentido, é preciso compreender que a educação que está no campo não deve ser romantizada, ao contrário, é preciso problematizá-la a partir das experiências de quem viveu debaixo da lona preta, das constantes ocupações dos latifúndios, na luta

persistente e de vínculo orgânico na/pela terra considerando nesse bojo a luta de classes que se manifesta de forma material e ideológica.

O cenário de educação rural apresenta os professores como aqueles que se dedicaram a alfabetizar crianças, sabendo pouco, exercendo uma função sem formação, porém muitas vezes romantizada pela vocação e dedicação extrema ao amor às crianças. Segundo Santos (2021, p. 132) em sua pesquisa: Constituição de professoras leigas nas escolas rurais em Paranaíba-MS (1970-1990) afirma que estas professoras

Constituíam-se no processo de um sistema de subordinação e de alienação. Alienadas, não por negligenciar as suas responsabilidades, ao contrário, eram responsáveis em excesso, mas alienadas por não conseguirem analisar criticamente a condição imposta para a empregabilidade temporária e em condições adversas e contingentes as quais eram expostas.

É frente a tais questões que envolvem a formação de professores que se faz presente a discussão referente à formação inicial e continuada que se espera e que busca o entendimento de Educação do Campo e sua interface com o campo.

Para Raposo (2021) o campo aqui considerado como território permeado de contradições e tensões que compreende a Educação do Campo não como idealismo e não como proposta pronta imposta pelo governo; ela surge no fervor da luta pela terra, na inquietação dos agricultores camponeses esquecidos, excluídos historicamente das políticas públicas. Surge na perspectiva da escolarização emancipatória a partir dos saberes, das experiências e da cultura camponesa. Nesse sentido, Caldart (2008, p. 71) aponta

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

Nesse sentido, a formação de professores, seja inicial ou continuada, precisa se calcar com clareza na sua intencionalidade, na possibilidade de explicitar quem constitui a prática social da escola do campo, pois ignorar isso é fechar os olhos para opressão imposta pelo poder do capital.

METODOLOGIA

Apresenta-se resultado parcial de um estado do conhecimento oriundo da pesquisa Formação de professores e gestores de escolas do campo em territórios camponeses e quilombola em regiões de Mato Grosso do Sul³. Demarca-se o período de 2013 a 2023, elegendo-se as dissertações e as teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação das universidades federais da região Centro-Oeste. Optou-se por buscar as produções nos repositórios das universidades. O recorte temporal visa conhecer a produção de uma década por entender que é possível apontar diferentes discussões sobre a temática em pauta.

Os descritores selecionados foram: educação no/do campo/formação de professores; Escola do/no campo/políticas públicas para a formação de professores; e Escola do/no campo/formação de professores inicial e continuada. A seleção dos descritores representa o nosso interesse de pesquisa, articulado no tripé: educação do campo, formação de professores e políticas públicas.

O projeto de pesquisa foi proposto em cinco etapas, uma delas, o estado do conhecimento referente as pesquisas que versam sobre a formação inicial e continuada de professores que atuam em escolas do campo.

Importante ressaltar que, ao mapear as pesquisas, é possível o confronto crítico de vários elementos e de vários questionamentos. Dessa forma, compreende-se que o estado do conhecimento deve “[...] buscar responder, além das perguntas ‘quando’, ‘onde’ e ‘quem’ produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a ‘o quê’ e ‘o como’ dos trabalhos” (Ferreira, 2002, p. 265). Frente a esse entendimento, a busca foi realizada nos repositórios das universidades públicas federais da região Centro - Oeste.

Eleveu-se para a análise a seguinte questão: O que apresentam as dissertações e as teses sobre a formação de professores inicial e continuada referentes à educação do campo?

Para a organização dos dados, os descritores foram expostos em eixos. Eixo 1 - “Educação do Campo/no campo/Formação de professores”, Eixo 2 - “Escola do/no campo políticas públicas para a formação de professores” e Eixo 3 - “Escola do/no

³ Os dados apresentados estão na pesquisa de doutorado em andamento: Formação de professores para as escolas do campo: um estudo em dissertações e teses alinhada á pesquisa: Formação de professores e gestores de escolas do campo em territórios camponeses e quilombola em regiões de Mato Grosso do Sul

campo formação de professores inicial e continuada”. A organização dos descritores em eixos possibilita uma análise das unidades que compõem a investigação.

Apresenta-se neste estudo, os resultados parciais do eixo 3 e uma das etapas de organização dos dados, etapa em que foi elaborada a ficha analítica com a seleção de critérios de análise das produções selecionadas e preenchimento de planilhas mediante os indicadores de análise.

E, por fim, realizou-se a análise das diferentes leituras presentes no material encontrado com o objetivo de desvelar as relações existentes no campo de estudo em questão.

ANÁLISE DE DISSERTAÇÕES E TESES

Diante do resultado, tendo em vista a análise das dissertações e teses produzidas em universidades federais da região Centro-Oeste, é possível considerar o movimento da pesquisa em educação do campo com a ênfase na formação de professores em vista do recorte temporal em que foram identificados.

No quadro 1, está disposto o número de trabalhos encontrados no eixo 3, “Escola do/no campo/formação de professores inicial e continuada”.

Quadro 1- Número de teses e dissertações - eixo 3

Universidade	Trabalhos encontrados em consonância ao objeto em estudo
UFGD	1
UFMS	5
UFMT	1
UNB	6
UFG	1
UFCAT	1
UFJ	2
UFR	1
Total	18

Fonte: Autoras (2022).

Fica evidente nas pesquisas que a educação continuada ainda precisa ser alvo de investigação, uma vez que os trabalhos gravitam em torno de práticas educativas e pedagógicas, na perspectiva de encontrar, principalmente nos egressos das licenciaturas

em Educação do campo, os resultados da formação advinda de tais licenciaturas. As pesquisas revelam aproximações e distanciamentos dos princípios da Educação do Campo nas práticas pedagógicas. Há a discussão premente das dificuldades encontradas nas atividades realizadas em salas multisseriadas e a afirmativa de que é necessário a superação da dicotomia entre teoria e prática, visando a sua indissociabilidade fundamentada na práxis.

Em relação à formação inicial, a ênfase recai sobre a formação nas licenciaturas em Educação do Campo, particularmente em relação aos desafios e entraves para manter os cursos em sua organização e princípios de origem no interior das universidades. Discute-se também a ausência dos movimentos sociais, pois a organização advinda desses movimentos e seu caráter educativo contribuem para firmar os processos de construção coletiva que se pautam nos princípios acumulados em sua prática pedagógica.

Importa, neste espaço, destacar os pontos que se considera mais relevantes e que podem contribuir para o avanço das pesquisas, pois foram encontradas questões necessárias ao debate contínuo e para além do conhecimento, que contribuam para a produção de novas pesquisas, permitindo conhecer o que está em pauta nas pesquisas da região Centro-Oeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as produções revelam os princípios e as concepções que fundamentam a formação de professores, demarcando tempo e espaço com possibilidade de interpretação da Educação do Campo no sentido de afirmar a importância de compreender a formação de professores nesse contexto, pois tal compreensão implica buscar apreender os tensionamentos e as contradições que estão presentes na realidade do campo e, portanto, envolve a escola que está no campo e a atuação dos professores nessas escolas, fato que promove uma consciência de sua ação em sua função, como consciência de sua condição de sujeito político e histórico.

É frente à possibilidade de interpretação da Educação do Campo que é preciso afirmar a importância de compreender a formação de professores nesse contexto, pois tal compreensão implica buscar apreender os tensionamentos e as contradições que estão presentes na realidade do campo e, portanto, envolve a escola que está no campo e a atuação dos professores nessas escolas.

É fato que as Licenciaturas em Educação do Campo contribuem para que os futuros professores se constituam no movimento de garantia de espaços educativos próprios, que geram a sua capacidade organizativa e seu pensamento autônomo junto ao coletivo pedagógico da escola.

Entende-se que é necessário investimento no campo de estudos para situar a Educação do Campo e a formação de professores. Nesse sentido, ampara-se em Caldart (2009) que, ao discutir sobre a Educação do Campo, busca ser fiel aos seus objetivos de origem. É necessário um olhar de totalidade, em perspectiva, primeiro com uma preocupação metodológica sobre como interpretá-la; em segundo lugar, combinada a uma preocupação política, de balanço do percurso.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v.7, n.1, p.35-64, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 ago 2022.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. *In*: ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CALDART, R. S. (Org.). **Caminhos para a transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão popular, 2011.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação & Sociedade**, n. 79, p. 257-272, 2002.

MOROSINI, M.; SANTOS, P. K.; BITTENCOURT, Z. **Estado do Conhecimento**: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.

RAPOSO, Geizi Kelly Floriano. **Presença do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra em processos formativos no contexto da Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2021, p.177. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3887> Acesso em: 02 maio 2023

RIBEIRO, Marlene. Educação do Campo. *In*: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel. Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Expressão Popular, p.293-299, 2012.

SANTOS, Daniela Simone Dos. **CONSTITUIÇÃO DE PROFESSORAS LEIGAS NAS ESCOLAS RURAIS EM PARANAÍBA-MS (1970-1990)**.Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2021.

Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4357> Acesso em 03 maio de 2023.

SILVA, Maria do Socorro. Educação do Campo e políticas educacionais: avanços, contradições e desafios. *In*: URT. Sônia da Cunha (org.). **Políticas Educacionais e formação**: produção, projetos e ações em educação. Campo Grande: Editora Oeste, 2017.